



# Município de Constância

## **Câmara Municipal**

### **Ata n.º 24/2013**

Data da Reunião Ordinária – 21 de novembro de 2013

Início da Reunião 15.30 horas

Termo da Reunião 18.00 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 21 de novembro de 2013, com início pelas 15.30 horas, é a seguinte: -----

## 1. EXPEDIENTE -----

1.1 - Câmara Municipal de Alcanena - Moção de Censura (2.2.19) -----

1.2 - 21.ª Alteração ao Orçamento e 18.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) -----

1.3 - Serviços Técnicos - Relação de Despachos - Mês de outubro/2013 -----

## 2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

## 3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

3.1 - Empreitada "Ponte Metálica de Praia do Ribatejo sobre o Rio Tejo" - Reabilitação e Reforço do Tabuleiro Rodoviário para Veículos Ligeiros e de Emergência -----

3.2 - Constituição em Regime de Propriedade Horizontal do Prédio Urbano, sito na Rua Luís de Camões N.ºs 1 e 1A, em Constância -----

## 4. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL -----

4.1 - Normas de Atribuição e Gestão de Habitação Social - Propostas de Alterações -----

## 5. EDUCAÇÃO E ENSINO -----

5.1 - Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Constância - Atribuição de Apoio para transporte -----

5.2 - Maria Natércia Fernandes - Pedido para utilização do Centro Escolar de Santa Margarida (7.2.8) -----

5.3 - Cursos de Especialização Tecnológica - Protocolo entre o Município de Constância e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP. – Ratificação -----

## 6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

6.1 - Arquivo e Documentação - Oferta de Documentos - Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill -----

6.2 - Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Constância e a Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, relativo ao espaço comercial - Casa Santos Costa. -----

6.3 - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Margarida da Coutada - Pavimento Exterior da Casa Mortuária de Malpique -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

6.4 - Parecer Prévio Vinculativo - Prestação de Serviços - Área da Cultura, História, Património, Etnografia, Museologia e Turismo -----

6.5 - Revogabilidade e anulabilidade de deliberação camarária - Proposta da Senhora Presidente -----

7. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 21 de novembro de 2013

A PRESIDENTE DA CÂMARA,

  
\_\_\_\_\_  
(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio Oliveira Cristóvão. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos.-----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas e trinta minutos. -----

### ANTES DA ORDEM DO DIA

*O Senhor Vereador Daniel Freire da Encarnação Martins apresentou Declaração de Impedimento:* “Os impedimentos são um corolário do princípio constitucional da imparcialidade – artigos 266.º n.º 2 da CRP «Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem atuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé».-----

Assim, os impedimentos são um dos corolários do princípio da imparcialidade e implicam a proibição dos órgãos e agentes da administração tomarem decisões sobre assuntos em que estejam pessoalmente interessados, de forma direta ou indireta, bem como de celebrarem ou tomarem parte em contratos celebrados com a administração.-----

Com os impedimentos o titular do órgão fica impedido de atuar não por razões abstratas que se prendam ao próprio cargo mas por razões concretas que respeitam à própria pessoa que ocupa um determinado cargo e aos interesses que ele possa ter naquela decisão.-----

Tendo em conta o referido em cima, Eu, DANIEL FREIRE DA ENCARNACÃO MARTINS, com n.º de identificação 11934165, venho por este meio apresentar a declaração de impedimento para votação dos assuntos 5.2 (cinco ponto dois) e 6.5 (seis ponto cinco) a discussão na reunião Ordinária de Executivo da Câmara Municipal de Constância onde exerço as funções de Vereador e Vice-Presidente, Faço-o tendo em conta que poderá ser entendido como um ato que não vá ao encontro do princípio Constitucional da Imparcialidade que, como Ser Humano e Eleito, devo cumprir.”-----

*Intervenção do Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes do Partido Socialista:* “Durante a campanha eleitoral a Senhora Presidente garantiu que caso ganhasse as eleições



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

iria imediatamente retirar os pórticos da ponte rodoviária sobre o Rio Tejo. Qual o ponto de situação?”-----

*A Senhora Presidente da Câmara informou o seguinte:* “Nunca disse que iria retirar os pórticos, mas sim trabalhar para que fossem suprimidas as limitações, designadamente na altura e tonelagem”.-----

*O Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos* informou que a aplicação dos pórticos estava prevista no projeto e caderno de encargos cuja autoria foi da responsabilidade das Estradas de Portugal.-----

*Intervenção do Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista:* “Gostaria de apresentar algumas sugestões - Os funcionários que fazem atendimento, deveriam ser portadores, de cartão de identificação. 2. Os funcionários dos Serviços Externos deveriam trazer um colete de identificação. 3. Tem-me chegado por parte dos munícipes que residem na Rua Anes de Oliveira, nomeadamente nos blocos habitacionais, que a rampa de acesso às garagens deverá ser cortada, de forma a não prejudicar os carros. 4. Verifica-se que a distribuição de folhas informativas ou outro tipo de documentação é feita por pessoas que poderiam desempenhar outras funções na Autarquia durante aquele período. 5. Prevenção de acidentes -falta de sinalização em acessos rurais, entrada e saída de máquinas agrícolas”.-----

*O Senhor Vereador Arsénio Oliveira Cristóvão informou o seguinte:* “Está a ser feito um levantamento do vestuário/calçado dos trabalhadores dos Serviços Externos. É nossa intenção que após esse levantamento seja feita a aquisição de vestuário com a inscrição de Câmara Municipal de Constância.-----

Relativamente às rampas de acesso às garagens iremos, estudar a melhor forma de resolver esse assunto”. -----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

## ORDEM DO DIA

### 1. EXPEDIENTE

**1.1 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANENA:** Ofício n.º 4329, datado de 4 de novembro de 2013, enviando Moção de Censura. -----

**1.2 - 21.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 18.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPCÕES DO PLANO (PPI E AMR):** Foi presente 21.ª Alteração ao Orçamento e 18.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do ano 2013. -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

**1.3 - SERVIÇOS TÉCNICOS - RELAÇÃO DE DESPACHOS - MÊS DE OUTUBRO/2013:** Foi presente relação de todos os despachos exarados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre todos os processos de operações urbanísticas particulares, e ainda das licenças, autorizações e comunicações prévias emitidas no decorrer do passado mês de outubro. -----

## -----2. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

**2.1 - BALANCETE:** A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 20 de novembro de 2013, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

**Em Cofre:** € 3.460,79 (três mil quatrocentos e sessenta euros e setenta e nove cêntimos);  
**Instituições de Crédito:** € 642.843,33 (seiscentos e quarenta e dois mil oitocentos e quarenta e três euros e trinta e três cêntimos); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.533,50 (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma:** € 651.392,62 (seiscentos e cinquenta e um mil trezentos e noventa e dois euros e sessenta e dois cêntimos); **Em Documentos:** € 15.620,63 (quinze mil seiscentos e vinte euros e sessenta e três cêntimos); **TOTAL:** € 667.013,25 (seiscentos e sessenta e sete mil treze euros e vinte cinco cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro:** - **Receitas Próprias:** € 544.872,16 (quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos e setenta e dois euros e dezasseis cêntimos); - **Operações de Tesouraria:** € 106.520,46 (cento e seis mil quinhentos e vinte euros e quarenta e seis cêntimos). -----

## 2.2 - PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 04/11/2013 a 15/11/2013, na importância global de € 126.963,01 (cento e vinte seis mil novecentos e sessenta e três euros e um cêntimo). -----

## -----3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

### **3.1 - EMPREITADA "PONTE METÁLICA DE PRAIA DO RIBATEJO SOBRE O RIO TEJO" - REABILITAÇÃO E REFORÇO DO TABULEIRO RODOVIÁRIO PARA VEÍCULOS LIGEIROS E DE EMERGÊNCIA -----**

INFORMAÇÃO DA DMST: "Em referência ao assunto designado em epígrafe, foi requerido pelo empreiteiro a liberação da caução da empreitada supracitada, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 4, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

Desta forma foi elaborado um auto de vistoria que se anexa, assinado respetivamente, pelo representante do dono da obra, pelo representante de empresa de fiscalização e pelo representante da empresa adjudicatária, não se vendo qualquer inconveniente em que o mesmo seja aprovado, podendo caso o executivo delibere no sentido favorável, liberar 30% da caução em poder do Município, nos termos do n.º 1 do artigo 3º, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo, uma vez que decorreu mais de dois anos da data da receção provisória da empreitada em apreço e que ocorreu a 09/10/2012. -----

Mais se informa, que os restantes 70% da caução, serão liberados mediante a realização de um auto de vistoria, por cada pedido requerido pela empresa adjudicatária, nos termos e condições estabelecidas nas alíneas b), c), d) e e) do n.º 2 do mesmo artigo 3º.” -----

**AUTO DE VISTORIA PARA LIBERAR GARANTIAS BANCÁRIAS:** “Aos Nove dias de outubro de Dois Mil e Doze compareceram na obra acima mencionada por parte do MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, o Sr. Eng.º Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor e o Fiscal da Obra, o Sr. Eng.º Ricardo José Tornada Fernandes Rodrigues e ainda o Sr. Eng.º João Carlos Ribeiro de Lobato Cortesão representante da firma TECNOVIA – SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A., adjudicatário da citada obra conforme consta do respetivo contrato celebrado entre esta Câmara Municipal e o empreiteiro, a fim de se proceder à vistoria para efeitos de liberação de caução (na percentagem de 30%) de acordo com artigo 4.º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de agosto. -----

E tendo-se procedido à vistoria verificou-se que: -----

**Primeiro:** - Todos os trabalhos executados estavam conforme as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis; -----

**Segundo:** - Que todos os trabalhos previstos no Mapa de Trabalhos que serviu de base à adjudicação da presente empreitada, estavam executados; -----

**Terceiro:** - Nenhuma observação havendo fazer-se e tendo-se constatado que tudo se encontrava conforme as prescrições técnicas regulamentares que presidiam à presente empreitada, se lavrou o presente Auto de Vistoria, que, depois de lido em voz alta, foi julgado conforme e vai ser assinado.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, liberar 30% da caução. -----

### **3.2 - CONSTITUIÇÃO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL DO PRÉDIO URBANO, SITO NA RUA LUÍS DE CAMÕES N.ºS 1 E 1A, EM CONSTÂNCIA** -----

**INFORMAÇÃO:** “Tendo em vista a constituição do prédio referido em epígrafe em regime de propriedade horizontal, foi efetuada a respetiva vistoria, cujo Auto faz parte integrante



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

desta informação. Assim, propõe-se a constituição em regime de propriedade horizontal do prédio urbano sito na Rua Luís de Camões n.ºs 1 e 1A, em Constância, freguesia e concelho de Constância, descrito na Conservatória do Registo Predial de Constância sob o número 1104/19990618 e inscrito sob o artigo 38 na respetiva matriz, propriedade deste Município, contribuinte fiscal n.º 506826546, em conformidade com a seguinte definição: -----

Composição do prédio: três pisos acima da cota da soleira destinados a habitação e a comércio/serviços indiferenciados e aproveitamento do sótão destinado a arrumos. Possui a área de implantação de **35m<sup>2</sup>** (trinta e cinco metros quadrados) e a área de construção total de **105,00m<sup>2</sup>** (cento e cinco metros quadrados). -----

O prédio confronta a Norte com a Rua Luís de Camões, a Sul com Município de Constância, a Poente com a Praça Alexandre Herculano e a Nascente com Recaredo Certã e, atribui-se ao mesmo o valor de € **96.000,00** (noventa e seis mil euros). -----

De acordo com a legislação em vigor, o prédio possui condições e requisitos necessários para poder ser constituído em regime de propriedade horizontal e está de acordo com os respetivos projetos, não sendo objeto de licença de construção e de autorização de utilização, por delas estar isento o Município, ficando a compor-se das seguintes frações, distintas, autónomas e independentes entre si: -----

**FRAÇÃO A** – habitação de tipologia T1 ocupando parte do rés-do-chão e a totalidade do 1.º e 2.º andares, com acesso a partir do N.º 1A da Rua Luís de Camões, composta no rés-do-chão (pisos 1) por *hall* e acesso ao 1.º andar (pisos 2) com sala com kitchenette e acesso ao 2.º andar (pisos 3) com um quarto e uma instalação sanitária completa e, aproveitamento do sótão destinado a arrumos, com a área de implantação de **10,0m<sup>2</sup>** (dez metros quadrados), e a área de construção de **80,0m<sup>2</sup>** (oitenta metros quadrados); ao qual se atribui o valor de € **59.000,00** (cinquenta e nove mil euros). A esta fração corresponde a permissão de **615/1000** (seiscentos e quinze por mil) do valor total do prédio. -----

**FRAÇÃO B** – comércio/serviços indiferenciados na restante área do rés-do-chão (pisos 1), com acesso a partir do N.º 1 da Rua Luís de Camões, composto por um espaço amplo e uma instalação sanitária, com a área de implantação e de construção de **25,0m<sup>2</sup>** (vinte e cinco metros quadrados); ao qual se atribui o valor de € **37.000,00** (trinta e sete mil euros). A esta fração corresponde a permissão de **385/1000** (trezentos e oitenta e cinco por mil) do valor total do prédio. -----

São partes comuns às duas frações do prédio as enumeradas nas alíneas a), b) e d) do n.º 1 do artigo 1421.º (Partes comuns do prédio) do Código Civil.” -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

AUTO DE VISTORIA: “Aos quinze dias do mês de novembro do ano dois mil e treze, compareceram no local abaixo designado, na sequência da Nota de Serviço Interno n.º 14/2013, o Engenheiro Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos, a Arquiteta Manuela Maria Banza Lopes, Técnica Superior, e Marco Alexandre Faria Russo, Assistente Técnico, ambos da mesma Divisão já referida, todos funcionários da Câmara Municipal de Constância, a fim de efetuarem uma vistoria ao prédio urbano sito na Rua Luís de Camões n.ºs 1 e 1A, em Constância, freguesia e concelho de Constância, descrito na Conservatória do Registo Predial de Constância sob o número 1104/19990618 e inscrito sob o artigo 38 na respetiva matriz, propriedade deste Município contribuinte fiscal n.º 506 826 546, com a finalidade de verificar se o prédio reúne requisitos para ser constituído em propriedade horizontal. -----

O prédio é composto por um edifício de três pisos acima da cota da soleira destinados a habitação e a comércio/serviços indiferenciados e, aproveitamento do sótão destinado a arrumos. Confronta a Norte com a Rua Luís de Camões, a Sul com Município de Constância, a Poente com a Praça Alexandre Herculano e a Nascente com Recaredo Certã. Possui a área de implantação de 35m<sup>2</sup> (trinta e cinco metros quadrados) e a área de construção total de 105,00m<sup>2</sup> (cento e cinco metros quadrados), propondo-se a atribuição do valor de € 96.000,00 (noventa e seis mil euros) para a totalidade do prédio urbano. -----

De acordo com a legislação em vigor, constatamos “in loco” que a referida construção possui condições e requisitos necessários para poder ser constituída em regime de propriedade horizontal e está de acordo com os respetivos projetos, não sendo objeto de licença de construção e de autorização de utilização, por delas estar isento o Município, ficando a compor-se das seguintes frações, distintas, autónomas e independentes entre si: -----

**FRAÇÃO A** – habitação de tipologia T1 ocupando parte do rés-do-chão e a totalidade do 1.º e 2.º andares, com acesso a partir do N.º 1A da Rua Luís de Camões, composta no rés-do-chão (pisso 1) por hall e acesso ao 1.º andar (pisso 2) com sala com kitchenette e acesso ao 2.º andar (pisso 3) com um quarto e uma instalação sanitária completa e, aproveitamento do sótão destinado a arrumos, com a área de implantação de 10,0m<sup>2</sup> (dez metros quadrados), e a área de construção de 80,0m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados); ao qual se atribui o valor de € 59.000,00 (cinquenta e nove mil euros). A esta fração corresponde a permissão de 615/1000 (seiscentos e quinze por mil) do valor total do prédio. -----

**FRAÇÃO B** – comércio/serviços indiferenciados na restante área do rés-do-chão (pisso 1), com acesso a partir do N.º 1 da Rua Luís de Camões, composto por um espaço amplo e uma instalação sanitária, com a área de implantação e de construção de 25,0m<sup>2</sup> (vinte e cinco



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

metros quadrados); ao qual se atribui o valor de € 37.000,00 (trinta e sete mil euros). A esta fração corresponde a permissão de 385/1000 (trezentos e oitenta e cinco por mil) do valor total do prédio. -----

São partes comuns às duas frações do prédio as enumeradas nas alíneas a), b) e d) do n.º 1 do artigo 1421.º (Partes comuns do prédio) do Código Civil. -----

E não havendo mais nada a tratar, foi lavrado o presente auto que depois de lido e julgado conforme, vai ser assinado pelos peritos.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o auto de vistoria para constituição em regime de propriedade horizontal do prédio urbano, sito na Rua Luís de Camões, n.ºs 1 e 1A, em Constância. -----

## -----4. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL-----

### 4.1 - NORMAS DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL - PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES -----

INFORMAÇÃO: “As Normas citadas em epígrafe que regularam até à data dois concursos de atribuição social no concelho, revelaram, após este último, necessitar de uma revisão face à sua desadequação à realidade nalguns aspetos. -----

Assim, apresenta-se em anexo proposta de nova redação das Normas que contém, fundamentalmente, as seguintes alterações: -----

- A seleção dos candidatos é efetuada através de uma ponderação de vários fatores deixando-se de dar primazia apenas a questões ligadas aos rendimentos e orçamento familiar; -----

- Limita-se a permissão de acesso ao concurso a quem recebeu algum tipo de apoio para melhoramentos habitacionais por parte da câmara num passado recente. Com efeito torna-se necessário cruzar este tipo de apoio com outros, nomeadamente o Programa Viver Constância.” -----

A Câmara deliberou, retirar este ponto a fim de ser revisto, em virtude de os Senhores Vereadores António Luís Fernandes Mendes e Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista, terem alegado falta de tempo para análise do documento e não concordarem com alguns pontos constantes no regulamento em análise. -----

Este assunto será colocado à discussão e votação na próxima reunião de Câmara. -----

## -----5. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

### 5.1 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CONSTÂNCIA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA TRANSPORTE -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

INFORMAÇÃO: “1 – A Associação Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Escolas de Constância (APEEAEC), solicitou à Câmara Municipal de Constância a comparticipação dos transportes escolares de alunos residentes fora do concelho de Constância e a frequentar o Centro Escolar de Constância; (anexo 1) -----

2 – O encerramento das escolas EB1 de Limeiras e Roda causou um grande transtorno para as famílias que residem naqueles lugares, tendo como escolas possíveis de integração dos seus educandos nos estabelecimentos de ensino de Linhaceira ou Tomar. -----

3- Com a frequência destes alunos no Centro Escolar de Constância foi possível aumentar a rede de transportes públicos três vezes por dia durante o período escolar entre a Linhaceira e Constância e vice-versa. -----

4 – Considerando que: -----

a) A vinda destas crianças de lugares limítrofes do nosso concelho trás consigo um aumento da dinâmica económica local, reforçando a dinâmica das pequenas empresas, nomeadamente o comércio local, cuja presença diária se reflete num aumento de consumo nos estabelecimento; -----

c) O aumento da rede de transportes públicos facilita a deslocação de pessoas a serviços como finanças, Conservatória do Registo Civil e Predial, Instituições bancária, posto de atendimento da Segurança Social, Correios, etc. -----

d) Fideliza as crianças (posteriormente Jovens e possivelmente empreendedores) ao nosso sistema de ensino, o que será uma mais-valia para a constituição de um maior número de turmas em todos os níveis de ensino; -----

e) Promove a utilização dos equipamentos culturais, desportivos e recreativos do concelho --

f) À luz das normas de cedência de apoio dos transportes escolares aos alunos não residentes no concelho de constância beneficiam da comparticipação financeira da câmara no valor do passe escola; -----

5 – O parecer da Direção do Agrupamento Escolas de Constância quanto à importância deste apoio para a Escola e para o Concelho; (anexo 2) -----

6 - Que o valor estimado para suportar as despesas durante o ano letivo 2013/2014 é de cerca de 3.000,00 euros. -----

**Propõe-se que:** -----

- 1- Tendo em conta os fatores acima referidos, a Câmara Municipal de Constância, a título experimental, compartaípe em 100% o valor do passe escolar dos alunos que frequentam este ano letivo o 1º ciclo e o ensino pré-escolar (constantes no anexo 2), nos moldes já praticados para os outros níveis de ensino.” -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a comparticipação em 100% o valor do passe escolar dos alunos de Limeiras e Roda que frequentam este ano letivo o 1.º Ciclo em Constância. -----

**5.2 - MARIA NATÉRCIA FERNANDES:** Carta datada de 18 de outubro de 2013, solicitando a utilização do Centro Escolar de Santa Margarida, para o dia 1 de janeiro de 2014, a fim de levar a efeito uma festa surpresa de 70 anos do marido. -----

INFORMAÇÃO: “Após a análise do pedido de utilização do Centro Escolar de Santa Margarida para a realização de uma festa de aniversário no dia 01/01/2014, por parte da Senhora Maria Natércia Fernandes, propõe-se que a deliberação seja no sentido de autorizar, nos seguintes termos: -----

- Deverá assumir o encargo referente ao valor estimado dos encargos inerentes à utilização no período solicitado, 250.00 €; -----

- Em caso de necessidade de utilização de material existente na cozinha, terá que articular com a empresa responsável para que seja garantido os recursos humanos presentes durante o evento; -----

- Deverá garantir a limpeza do espaço após o evento.” -----

A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores António Luís Fernandes Mendes e Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista, aprovar o pedido de utilização do Centro Escolar de Santa Margarida com as condições expressas na informação da Senhora Presidente. -----

*Declaração de Voto do Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes do Partido Socialista:* “Por se abrir um precedente. Por não existir um regulamento que possa definir a atribuição/aluguer do espaço, tenho dúvidas quanto à cedência do mesmo. Como tal, abstenho-me”.-----

O Senhor Vereador Daniel Freire da Encarnação Martins não esteve presente na discussão e votação deste ponto, tendo apresentado declaração de Impedimento. -----

### **5.3 - CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA E O INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP. – RATIFICAÇÃO** -----

INFORMAÇÃO: “Tendo em conta a urgência por parte do I.E.F.P.I.P., no desenvolvimento dos procedimentos inerentes aos Cursos de Especialização Tecnológica em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos e de Reabilitação Energética e Conservação de Infraestruturas – Edificações, houve a necessidade de se estabelecer um protocolo entre as duas instituições, por forma a garantir a Formação em Contexto de Trabalho. -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

Assim, anexamos o documento referido para conhecimento, análise e ratificação.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o protocolo. -----

## -----6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

### **6.1 - ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO - OFERTA DE DOCUMENTOS - BIBLIOTECA MUNICIPAL ALEXANDRE O'NEILL** -----

INFORMAÇÃO: “No seguimento da comunicação da Fundação Serralves, n.º de registo 8536, de 24 de outubro de 2013 (em anexo), procedendo à oferta de conjunto de publicações, à Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill, no âmbito de candidatura previamente efetuada, cumpre informar a receção do conjunto documental composto pelos seguintes títulos: -----

- Arca de Noé -----
- 9 Artistas Franceses 87 -----
- Dominguez Alvarez -----
- José de Guimarães -----
- Linhas, Grelhas, Manchas, Palavras -----
- Obras de uma Coleção Particular -----
- Lisboa Tejo e Tudo -----
- Prémio Amadeu Sousa Cardoso -----
- FotoPorto 88 (Preto/Branco) -----
- Serralves Projeto com Escolas -----

Considerando os imperativos legais definidos na alínea h) do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, cumpre informar que é competência da Câmara Municipal “aceitar doações, legados e heranças a benefícios de inventário”. -----

Posto isto, propõem-se, salvo melhor opinião em contrário, que o assunto possa ser reencaminhado para Reunião do Órgão Executivo, com vista a que a Câmara Municipal possa deliberar favoravelmente a aceitação da oferta, pois da mesma não decorrem quaisquer encargos financeiros. -----

Mais se acrescenta que considerando o teor do conjunto documental ofertado, o mesmo é uma mais-valia para o enriquecimento da coleção da Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill. -----

A ser deliberada favoravelmente a aceitação da oferta, igualmente se propõem, que se possa encaminhar a instrução do processo junto do Serviço de Património da edilidade com o



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

objetivo de acrescentar ao inventário/património da edilidade o conjunto documental descrito.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a oferta de publicações para a Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill. -----

### **6.2 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA E A TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR, RELATIVO AO ESPAÇO COMERCIAL - CASA SANTOS COSTA** -----

PROPOSTA: “LOJA DE PRODUTOS LOCAIS -----

Considerando: que a Câmara Municipal de Constância, tendo como objetivo perpetuar a memória da Casa Santos Costa, e também preservar e promover os produtos tradicionais ligados à ruralidade e à cultura local, decidiu intervir num dos imóveis que em tempos idos foi uma das referências da atividade comercial da vila e do concelho; -----

que essa intervenção, cujas obras estão agora concluídas, foi efetuada no âmbito do programa PRODER; eixo – Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural; sub-programa – Dinamização das Zonas Rurais; medida, Melhoria da Qualidade de Vida; ação – Conservação e Valorização do Património Rural; -----

que, em sintonia com a Estratégia de Desenvolvimento Local no âmbito da abordagem LEADER da TAGUS – Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, o Município preconiza a continuidade da valorização económica de recursos endógenos do território e a importância do serviço de apoio aos visitantes e turistas como elementos chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional; -----

que o projeto da TAGUS – para a criação de uma rede de lojas de produtos locais no território -, é um fator essencial para a divulgação da qualidade dos produtos e promoção dos seus produtos, estimulando assim a atividade económica em pequenas empresas locais e o complemento do rendimento familiar; -----

o mútuo interesse do Município de Constância e da TAGUS em constituir uma parceria que permita o aproveitamento da sinergia existente, da qual sairão reforçados e valorizados os objetivos comuns de aproveitamento dos recursos endógenos transformando-os em fatores de competitividade; -----

Proponho que a Câmara Municipal aprove a proposta de protocolo de colaboração (documento anexo) com vista a operacionalizar a entrada em funcionamento da loja de produtos locais, sita na Rua Luís de Camões / Praça Alexandre Herculano, em Constância.”



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Constância e a Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior relativo ao Espaço Comercial – Casa Santos Costa. -----

### **6.3 - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA - PAVIMENTO EXTERIOR DA CASA MORTUÁRIA DE MALPIQUE** -----

INFORMAÇÃO: “De acordo com a informação apresentada pelo Técnico Superior da Autarquia Eng.º Sérgio Correia, e considerando que está agendada para breve a execução de uma valeta revestida nessa zona, que interferirá com parte do pavimento em causa, é opinião do signatário que essa seria a melhor altura para se proceder à intervenção. Assim, proponho que seja apoiado o pedido formulado.” -----

INFORMAÇÃO DO ENG.º SÉRGIO CORREIA: “ No seguimento do pedido formulado pelos responsáveis pela gestão da Casa Mortuária de Malpique, com vista à reparação do pavimento exterior ao edifício, foi analisada a necessidade de meios humanos e materiais para a execução do trabalho. -----

O pavimento em causa, em betonilha, está muito degradado, permitindo a infiltração de água junto ao edifício o que a curto prazo provocará a degradação do mesmo, devido à elevada humidade que se regista. -----

Considerando que está agendada para breve a execução de uma valeta revestida nessa zona, que interferirá com parte do pavimento em causa, é opinião do signatário que essa seria a melhor altura para se proceder à intervenção solicitada.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido formulado. -----

### **6.4 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ÁREA DA CULTURA, HISTÓRIA, PATRIMÓNIO, ETNOGRAFIA, MUSEOLOGIA E TURISMO** -----

INFORMAÇÃO: “O Orçamento de Estado para 2013, prevê normas bastante apertadas na área financeira. -----

Considera-se imprescindível o recurso a uma consultadoria externa com o objetivo de desenvolver trabalhos nas áreas identificadas em epígrafe. -----

De acordo com o estabelecido na alínea b) do ponto 4, do art.º 75º, conjugado com o ponto 10, ambos da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, independentemente da natureza



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de Aquisição de Serviços cujo objeto a regular por portaria do membro do governo. -----

Nestes termos e de acordo com o n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, nas autarquias locais, este parecer é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009. -----

Ora, o problema reside no facto da Portaria referida no parágrafo anterior não ter sido objeto de publicação, desconhecendo-se desta forma a tramitação e termos do referido parecer. ----

Face ao exposto, verifica-se a necessidade de contratar uma consultadoria técnica para aquisição de serviços, para o desenvolvimento das funções em epígrafe, e cujo teor das mesmas, passo a especificar: -----

- Investigação histórica: a investigação e registo de informação histórica no âmbito do índice Alfabético e Cronológico... (deliberações camarárias); pesquisa, compilação e interpretação de fontes sobre a História da vila e do concelho; produção de conhecimentos sobre a evolução histórica, o património artístico e cultural, as tradições, o folclore e a toponímia do concelho; -----

- promoção em termos históricos e patrimoniais da bicentenária da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem/Festas do Concelho de Constância. -----

A celebração do presente contrato visa a prestação de trabalho não subordinado, porquanto a contraparte é pessoa coletiva que age de forma autónoma e independente, sendo que para o desenvolvimento das referidas funções, o prestador de serviços deverá desenvolver a sua função preponderantemente no Município, e complementarmente com acompanhamento à distância e não estará sujeito ao cumprimento de qualquer horário de trabalho. -----

As funções objeto do contrato serão desenvolvidas de forma autónoma e independente, sem qualquer subordinação aos serviços da autarquia. -----

Pelo exposto, a prestação destas funções por recurso a uma modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir, torna-se inconveniente, pois estas não permitiriam a prestação de um trabalho independente, limitando o âmbito de atuação pretendido. -----

Quanto à inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, o n.º 2 do artigo 33-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 3º da portaria n.º 9/202, de 10 de janeiro, deixa antever que a obrigação de demonstração da inexistência deste pessoal entra



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

em vigor nos termos e nas condições previstas na Portaria, publicação esta que ainda não ocorreu. -----

O contrato a celebrar, terá a duração de 36 meses, conforme preceituado no ponto 1 do artigo 440º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo nº 451º do citado código, sendo o preço base do procedimento de 45.000,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), repartidos pelos anos económicos de 2013/2014/2015 e 2016, e da seguinte forma: ---

- Ano económico de 2013 – 1.250,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), existindo no orçamento do corrente ano, a verba suficiente para assegurar o cabimento orçamental; ----

- Ano económico de 2014 – 15.000,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), sendo o valor tido em conta na elaboração do orçamento, para o ano de 2014; -----

- Ano económico de 2015 – 15.000,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), sendo o valor tido em conta na elaboração do orçamento, para o ano de 2015; -----

- Ano económico de 2016 – 13.750,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), sendo o valor tido em conta na elaboração do orçamento, para o ano de 2016; -----

Para efeitos do previsto no artº 38º do Código dos Contratos Públicos, propõe-se, face ao valor estimado de 45.000,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), a realização de um procedimento de Ajuste Direto em Regime Normal, nos termos do preceituado na alínea a) do nº 1, do artº 20º do Código dos Contratos Públicos, com convite à empresa “PÁGINAS AFLUENTES – SERVIÇOS CULTURAIS, LDA”. -----

Face ainda ao valor do procedimento, não se aplica a redução remuneratória prevista no artº 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, da atual redação, atento o disposto no nº 1 do art.º 20º e nos nºs 1, 2, 3 e 7 do art.º 26º da LOE para 2012. -----

O presente contrato é essencial à prossecução das atribuições dos serviços, pelos motivos expostos no objeto do contrato.” -----

A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores António Luís Fernandes Mendes e Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista, aprovar o Contrato de Prestação de Serviços. -----

### **6.5 - REVOGABILIDADE E ANULABILIDADE DE DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA**

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE: “Considerando a deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 10.10.2013, do anterior Executivo Municipal, relativa à não aprovação da concessão de apoio jurídico ao então Vereador Rui José da Silva Pires; -----

Considerando o requerimento n.º 5/2013, de 17.10.2013, do então Vereador Rui José da Silva Pires, solicitando a anulação ou a revogação da supracitada deliberação; -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

Considerando o parecer do Consultor Jurídico da Autarquia, de 28.10.2013, relativo à revogabilidade e anulabilidade de deliberação camarária; -----

Proponho, que o Executivo Municipal mantenha a Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 10.10.2013, não havendo lugar a revogabilidade ou anulabilidade da dita deliberação.” -----

A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores António Luís Fernandes Mendes e Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal usou o voto de qualidade. -----

O Senhor Vereador Daniel Martins não esteve presente na discussão e votação deste ponto, tendo apresentado declaração de Impedimento. -----

*Declaração de Voto do Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes:* “Da análise que faço sobre os factos constantes nos documentos que me foram disponibilizados sou da seguinte opinião: -----

1 – Lamento que este assunto não tenha sido resolvido no mandato anterior. -----

2 – De acordo com a Lei, o Vereador Rui Pires, tinha direito a Apoio Jurídico. -----

3 – Em minha opinião, existiram ofensas graves e foram dirigidas ao Vereador Rui Pires e não ao Rui Pires, como comprovam os documentos. -----

4 – Existem em minha opinião falta de solidariedade no Executivo Municipal, que deve ser reposta. -----

5 – A decisão deve fazer jurisprudência para evitar situações futuras semelhantes. -----

Assim, sou pela revogação da decisão.” -----

### -----7. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

### -----8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezoito horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim

, Coordenadora



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 24/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-11-2013

Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

A Presidente da Câmara,

A Coordenadora Técnica,